

Senhor Director Geral da FAO,  
Senhores Ministros,  
Senhores Embaixadores,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ao longo dos tempos, o futuro do planeta e da humanidade tem vindo a ser matéria de debate e reflexão, de estudos e investigação científica e de disputas políticas e filosóficas. Actualmente, no seguimento de inúmeros fóruns de âmbito mundial, se vêm afirmando movimentos de opinião consistentes, reclamando maior atenção dos poderes à defesa da vida no planeta e do seu próprio futuro. Outrossim, as instituições universais mais representativas têm colocado este tema como prioridade inadiável das suas agendas.

Esta preocupação geral motivou recentemente a realização, no âmbito da última Assembleia-Geral da ONU, de uma sessão especial sobre as alterações do clima. A própria atribuição do Nobel da Paz 2007 ao americano Al Gore, paladino das causas de alterações climáticas e do aquecimento do planeta, e ao “Grupo intergovernamental de Peritos sobre a evolução do clima”, da ONU, (GIEC), representa uma mensagem clara à comunidade internacional para que dispense uma maior atenção ao meio ambiente e ao aquecimento global.

Faço esta incursão a um tema maior, mais abrangente, a crise ambiental e climática, pois, estimo que as questões em debate, neste fórum, estão entrelaçadas entre si e com outras, com as quais interagem e de que são, quantas vezes, dependentes. Assim, nenhuma delas deve ser subalternizada ou tratada separadamente, o que seria um erro, pois, quaisquer conclusões estariam desvirtuadas e incompletas.

Tempos atrás, encontravam-se no centro das preocupações e dos debates públicos a desertificação, a reflorestação e a erradicação da fome e da pobreza. Afigura-se-me que, actualmente, a crise energética e a busca de saídas e alternativas para a sua superação tendem a dominar a agenda internacional, a influenciar a definição de prioridades e urgências quanto ao nosso futuro próximo. Mas, seria restritiva e insuficiente semelhante abordagem dos grandes desafios com que a comunidade internacional e os Estados se vêm confrontados, nos tempos presentes.

É preciso uma visão integrada. E, no centro das nossas preocupações devem continuar as políticas do ambiente, as políticas agro-alimentares, incluindo a segurança alimentar, o combate à desertificação, a conservação das florestas primárias, a restauração das áreas florestais e preservação da biodiversidade, a protecção dos recursos hídricos e dos recursos marinhos e haliêuticos, a erradicação da pobreza e da fome. Os nossos objectivos finais devem centrar-se na garantia da perenidade da vida, da vida humana e do planeta. E, finalmente, a libertação da pessoa humana de dependências degradantes e desumanizantes.

Voltando às alterações climáticas e ao aquecimento global e outros fenómenos derivados, é comumente aceite, e cientificamente confirmado, que as suas causas se situam, essencialmente, nas actividades humanas. Significa que a actual situação pode ser mudada e as tendências alteradas, desde que para tal haja vontade política colectiva, assumpção e implementação de políticas apropriadas, acompanhadas de atitudes cidadãs responsáveis para com a natureza e os recursos vivos e materiais do planeta. Neste sentido, é urgente que o Protocolo de Quioto seja integralmente assumido e implementado. Faz-se ainda sentir a necessidade de uma governança mundial comprometida com as reformas indispensáveis e com a promoção de mudanças de paradigma em matéria de produção e de consumo.

Por sua vez, a crise energética traz a análise a problemática do biocombustível. Estimo que a busca de substitutos para os combustíveis fósseis deva ser abrangente sem exclusão de quaisquer das alternativas possíveis, incluindo, está claro, o biocombustível. Neste caso, é aconselhável que a sua produção não concorra com a produção agrícola para alimentação humana, não ponha em causa a segurança alimentar para todos, nem contribua para a destruição das florestas primárias, e se faça com as devidas precauções sociais e ambientais. Outro bem comum universal e indispensável à vida é a água, cujo acesso é equiparável a um autêntico *direito humano à água*. Requer, por isso, atenção especial da comunidade internacional e dos Estados. A sua disponibilidade está desigualmente repartida, variando de região para região. Regiões mais populosas são menos bem providas que regiões menos populosas. Pode tender também para uma escassez relativa, pois, a pressão sobre os recursos hídricos

têm estado a aumentar, sucessivamente.<sup>1</sup> O seu acesso difere entre países e continentes: um bilião e cem milhões de pessoas não têm acesso a água potável, número que poderá triplicar-se dentro de 20 anos se nada for feito para mudar a situação<sup>2</sup>. Para além disso, a água insalubre é uma das principais causas de mortalidade. Todavia, apesar das dificuldades existentes, têm havido esforços bem sucedidos e iniciativas inovadoras, a nível local, para a melhoria da quantidade e qualidade da água em regiões mal servidas.

A promoção do acesso generalizado à água, um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e a sua qualidade, a poupança e eficácia da sua utilização e o combate ao esbanjamento e à poluição dos recursos hídricos, enfim, o domínio da problemática da água, continuam a ser outros tantos desafios a vencer pela humanidade, neste século XXI. Devem, por isso, manter-se como prioridades da agenda internacional e de políticas públicas dos Estados. Outrossim, é de se questionar se os actuais modelos de gestão dos recursos em água são os mais apropriados para permitir atingir os objectivos desejados e necessários e preservar, ao mesmo tempo, o futuro. Estou em crer que se impõe uma melhor arbitragem quanto ao uso da água, mais racional, conforme a sua finalidade, incluindo a sua utilização para a produção de bens alimentares. Mas, o sucesso das opções depende de estratégias nacionais adequadas e de compromissos firmes da parte da comunidade internacional.

Reportando ao tema central desta conferência, *florestas e energia*, diria que a sua escolha é da maior pertinência, pois, da preservação ou da destruição das florestas depende a qualidade do futuro da humanidade e do planeta. Conforme for a escolha feita, pode contribuir ou para o aprofundamento das actuais crises climáticas, hídricas, energéticas e, eventualmente, alimentares, que marcam a actualidade, ou pode contribuir para a sua superação.

---

<sup>1</sup> Koishiro Matsura, Director Geral da Unesco: « Au cours des vingt prochaines années, on s'attend à une diminution d'un tiers, en moyenne, de l'eau disponible para personne dans le monde. », declaração feita por ocasião de apresentação do **Relatório Mundial sobre a Gestão dos Recursos Hídricos**, Março de 2003. Selon le Fonds Mondial pour la Nature, WWF : « 40% de l'humanité habitent dans des zones confrontées au stress hydrique. La population mondiale, de 6 milliards aujourd'hui, devrait atteindre 9 milliards en 2050, pour le même volume d'eau. »

<sup>2</sup> **Relatório do Desenvolvimento Humano 2006** – « A água para lá da escassez », página 2 : « Hoje, cerca de 1,1 mil milhões de pessoas dos países em desenvolvimento têm acesso inadequado à água e 2,6 mil milhões (metade da população do mundo em desenvolvimento) não dispõem de saneamento básico. »

As florestas têm sido importantes fontes de riqueza e de vida para a humanidade. As dificuldades de hoje derivam da sua sobre-exploração ou da despreocupação e imprudência com que têm sido explorados os recursos finitos que o planeta põe à nossa disposição. Como exemplo, entre 1990 e 2005, a superfície florestal mundial perdeu cerca de 3%.<sup>3</sup> Hoje, somos chamados a reparar as consequências dos excessos cometidos outrora e a promover uma gestão mais racional e equilibrada desses recursos, entre os quais, estão os recursos florestais.

Registam-se, actualmente, evoluções contraditórias em matéria de preservação ou da exploração das florestas, variando entre regiões e entre países da mesma região. Enquanto que em África e na América do Sul e Central se registam os maiores desmatamentos, na Europa e Ásia vêm registando, em sentido inverso, o crescimento das áreas florestadas. Contudo, isto não obsta que alguns dos países asiáticos estejam entre os maiores “predadores” nesta matéria.<sup>4</sup>

Sabe-se que as florestas, para além de constituírem uma importante fonte de riqueza, são um dos maiores *sequestradores* do CO<sub>2</sub>, gás responsável, em grande medida, pelo aquecimento do planeta. Assim, impõe-se, por um lado, o estabelecimento de uma gestão sustentável dos recursos florestais, para o bem dos países beneficiários, e, por outro, garantir o equilíbrio do conjunto de elementos naturais que determinam a normalidade da vida no planeta. Há um esforço a ser levado a cabo não só para a conservação e a gestão durável das florestas mas também para a sua expansão, impondo obrigações de reposição às empresas de exploração. Neste domínio, o mundo é totalmente interdependente. Há necessidade de compromissos internacionais firmes, a respeitar por todos. O meu país tem uma experiência bem sucedida em matéria de rearboreção em regiões áridas, do tipo saheliano, de que fui um dos impulsores.

Urge estimular o despertar de uma consciência ética universal de solidariedade com o planeta, pois, estamos perante desafios que ultrapassam os marcos e funções dos Estados e interpelam, directamente, as sociedades e as pessoas.

---

<sup>3</sup> Relatório da FAO de Março de 2007.

<sup>4</sup> Os países que mais desmataram entre 2000 e 2005, segundo a pesquisa da FAO sobre a **Situação das Florestas no Mundo**, são a Indonésia, México, Papua-Nova Guiné e Brasil. A África que concentrava 16% das florestas mundiais perdeu 9%.

**Minhas Senhoras e meus Senhores,**

Virando a nossa atenção para o continente africano, de que faz parte o meu país, as Ilhas de Cabo Verde, gostaria de destacar algumas questões que são motivos de preocupação.

A meu ver, a segurança alimentar, a par do acesso à água potável e ao saneamento básico, mantém-se como objectivo prioritário a prosseguir, neste momento e para o futuro próximo. Nesta óptica, é indispensável o ordenamento das ricas bacias hidrográficas africanas, importante meio de integração económica, e o desenvolvimento de infra-estruturas hidro-agrícolas, acompanhados pela formação dos agricultores, pela modernização das práticas e tecnologias agrícolas e pelo aumento da produtividade e da segurança da produção, oferecendo, assim, alternativas de prosperidade e dignidade ao continente.<sup>5</sup> O antigo SG da ONU, Sr. Kofi Anan, que lidera a AGRA<sup>6</sup>, vê aqui a necessidade de uma revolução verde em África.

Acredito que é desejável e possível uma melhor gestão dos recursos florestais africanos e o seu aproveitamento para o desenvolvimento durável. Trata-se, para além de tudo, de uma contribuição importante para a segurança humana, no geral, e para a preservação da biodiversidade. Em igual medida, considero que o combate à desertificação e seus efeitos colaterais deve continuar a ser uma das prioridades para a África.

Estimo que a produção do biocombustível pode, apesar de tudo, significar uma oportunidade para a agricultura e silvicultura africanas, desde que a sua exploração obedeça a certos critérios, a fim de evitar que concorra com a segurança alimentar. Sabe-se que vastas áreas do continente africano não são utilizadas para a produção de alimentos visto que as condições climáticas ou geológicas não permitem ou dificultam ali o desenvolvimento de espécies que fazem parte da dieta humana. Estou em crer que alternativas tecnológicas podem viabilizar a cultura de espécies adaptadas a esses climas para a produção de biocombustíveis<sup>7</sup>. Como mera informação, devo dizer-vos que até

---

<sup>5</sup> “É preciso uma revolução verde em África. O caminho para a prosperidade tem de começar nos campos, junto dos agricultores”. Kofi Anan, antigo SG da ONU, da declaração feita nas Jornadas Europeias de Desenvolvimento. Lisboa, 7/11/2007.

<sup>6</sup> Aliança por uma Revolução Verde em África.

<sup>7</sup> Por exemplo, Purgueira (*Jatropha curcas* L.) e Rícino (*Ricinus communis* L.).

meados do século XX, o meu país foi exportador de uma oleaginosa, fruto de uma árvore rústica, a *Jatropha*, utilizada actualmente na produção do biodiesel. Evitava-se assim que terrenos apropriados para a produção de alimentos fossem ocupados e transformados em extensas monoculturas de espécies destinadas à produção do etanol ou do biodiesel.

Senhor Director-Geral da FAO,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Face às tendências altistas do mercado das matérias-primas agrícolas<sup>8</sup>, vejo os objectivos da FAO e, especialmente, a questão da segurança alimentar ou, por outras palavras, a fruição do *direito à alimentação*<sup>9</sup> pelas populações mais pobres do planeta, como prioridades incontornáveis da agenda internacional, precisamente, quando a segurança alimentar pode deixar de depender de situações de conflito, da desertificação, de secas, da baixa de produtividade agrícola para passar a depender de mudanças de opções em determinados segmentos da economia internacional, tais como, as políticas de abastecimento do mercado energético.

Em tais circunstâncias e pelo bem de todos, é indispensável encontrar equilíbrio entre as diversas necessidades da economia mundial e do desenvolvimento humano e social.

E, por tudo isso, considero que não é tempo de pensar numa eventual “desactivação” da FAO, pois, mantém-se como uma instituição essencial para a materialização de certos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, com os quais a comunidade internacional está altamente comprometida.

Muito obrigado pela vossa atenção!

---

<sup>8</sup> No decurso de um ano, 2005/2006, os preços das matérias-primas agrícolas, trigo, milho, soja e arroz, aumentaram vertiginosamente. Como exemplo, desde Outono de 2006, o preço do trigo, cereal universal, duplicou. Segundo “The Wall Street Journal” NY, “**Escalada de preços ameaça o planeta**”, publicado por Courrier International de 9.11.2007

<sup>9</sup> Pour la première fois, le droit à l'alimentation a été reconnu, en 1948, à Paris, dans la célèbre Déclaration Universelle des Droits de l'Homme». Et « Ce n'est qu'en juin 2002, lors du “**Sommet Mondial de l'Alimentation : plus cinq**», que les États devaient décider l'élaboration de directives volontaires à l'appui de la concrétisation progressive du droit à l'alimentation dans le contexte de la sécurité alimentaire nationale», Jacques Diouf, M. Diplomatie, Octobre 2007. ”

Roma, 20 de Novembro de 2007.